

PARTE I.....	3
CLAUSULAS JURÍDICAS	3
CLÁUSULA 1.ª OBJETO DO CONTRATO	3
CLÁUSULA 2.ª CONTRATO	3
CLÁUSULA 3.ª PRAZO DO CONTRATO.....	4
CLÁUSULA 4.ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE.....	4
CLÁUSULA 5.ª DESEMPENHO AMBIENTAL	7
CLÁUSULA 6.ª POLÍTICA ANTIFRAUDE	7
CLÁUSULA 7.ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO	7
CLÁUSULA 8.ª LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	8
CLÁUSULA 9.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	8
CLÁUSULA 10.ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO	8
CLÁUSULA 11.ª PREÇO CONTRATUAL	9
CLÁUSULA 12.ª REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS	10
CLÁUSULA 13.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	10
CLÁUSULA 14.ª RESPONSABILIDADES	11
CLÁUSULA 15.ª FORÇA MAIOR.....	12
CLÁUSULA 16.ª PENALIDADES CONTRATUAIS	13
CLÁUSULA 17.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO	15
CLÁUSULA 18.ª GARANTIA DE BOM FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO.....	15
CLÁUSULA 19.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE.....	16
CLÁUSULA 20.ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	16
CLÁUSULA 21.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	16
CLÁUSULA 22.ª FORO COMPETENTE.....	16
CLÁUSULA 23.ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO	17
CLÁUSULA 24.ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	17
PARTE II.....	17
CLAUSULAS TÉCNICAS	17
CLÁUSULA 25.ª CONDIÇÕES GERAIS.....	17

CLÁUSULA 26.ª HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	18
CLÁUSULA 27.ª SERVIÇOS A CONTRATAR.....	18
CLÁUSULA 28.ª SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS	19
CLÁUSULA 29.ª PESSOAL	20
CLÁUSULA 30.ª AFETAÇÃO DE MEIOS	20
CLÁUSULA 31.ª MANUTENÇÃO PREVENTIVA.....	20
CLÁUSULA 32.ª MANUTENÇÃO CORRETIVA	21
CLÁUSULA 33.ª RELATÓRIOS	25
CLÁUSULA 34.ª TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO.....	25
ANEXO I – LISTAGEM DE ESPECIFICAÇÕES DAS TAREFAS POR FAMÍLIA DE EQUIPAMENTOS	26
ANEXO II - LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO	31
ANEXO III - LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS A GÁS E ELÉTRICOS	34
ANEXO IV – (MODELO DE) DECLARAÇÃO	38

PARTE I**CLAUSULAS JURÍDICAS****CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de hotelaria nas várias instalações dos SASUP.

CLÁUSULA 2ª CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c. O presente caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. O contrato integra ainda o Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação da U. Porto:
https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª PRAZO DO CONTRATO

1. 1. A execução do contrato inicia na data de assinatura do Contrato e termina em 31 de dezembro de 2025, podendo ser objeto de 1 renovação pelo período de 1 ano, caso não seja denunciado por comunicação escrita de qualquer uma das partes dirigida à outra parte, no prazo mínimo de 60 dias de antecedência sobre a data de renovação.
2. O contrato cessa a sua vigência, independentemente do prazo estabelecido nos números anteriores, caso seja atingido o preço contratual.
3. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o preço contratual, o cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.
4. O prazo previsto no n.º 1 pode ser prorrogado por um período de 1 (um) mês, caso venham a ser requisitados serviços ainda na vigência do contrato mas cuja execução, atendendo aos prazos definidos no contrato, se verifique que ultrapassará o prazo de vigência inicialmente definido, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo, em cumprimento do disposto no capítulo V do Título I da Parte III do Código dos Contratos Públicos.
5. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o montante referido na cláusula 10.ª, o cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 4.ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas identificadas no presente caderno de encargos e, que dele faz parte integrante e demais documentos contratuais, cumprindo integralmente o objeto do contrato;
 - b. Disponibilizar os recursos de acordo com o perfil, requisitos mínimos obrigatórios e adicionais exigidos;
 - c. Dar cumprimento, a todo o momento, às obrigações legais relativas aos serviços prestados, assegurando a execução dos mesmos de acordo com as melhores regras técnicas e de arte conhecidas e praticadas;

- d. Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução dos contratos, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que os serviços serão prestados nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;
 - e. Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do cocontratante ou por este gerido em primeira linha;
 - f. Cumprir as políticas, práticas e procedimentos de segurança de informação do contraente público;
 - g. Cumprir o disposto no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho da Universidade do Porto, cumprindo os princípios e o compromisso de não tolerância ao assédio assumido pela U. Porto, disponível no link:
https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873
 - h. Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços prestados e a finalidade a que os mesmos se dirigem com outros serviços ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou soluções do contraente público, assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;
 - i. Disponibilização de todos elementos técnicos necessários à implementação e execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de hotelaria nas várias instalações do contraente público;
 - j. Garantir a proteção e segurança da informação sobre as pessoas singulares, em concreto que o tratamento no âmbito da prestação dos serviços, objeto do contrato, ocorrerá em estrita observância de todas as disposições pertinentes de direito nacional e europeu que protegem os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares, em particular o seu direito à proteção da vida privada no que diz respeito ao tratamento dos seus dados pessoais;
 - k. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação tratada;
2. Constituem ainda obrigações do cocontratante:

- a. Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 - b. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;
 - c. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do contraente público;
 - d. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - e. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
 - g. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
 - h. Garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores que exercem funções nas instalações do contraente público, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
3. Todos os relatórios, comunicações, atas, e demais documentos elaborados pelo cocontratante, devem ser integralmente redigidos em português, entregues em suporte de papel e digital, neste último caso em formato editável e sempre que aplicável, incluindo a relativas aos produtos intermédios, respeitando as especificações técnicas do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 5.ª DESEMPENHO AMBIENTAL

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactos ambientais.
2. O cocontratante deve igualmente garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.

CLÁUSULA 6.ª POLÍTICA ANTIFRAUDE

Nos termos exarados na Política Antifraude, o contraente público exige que os intervenientes internos, bem como o cocontratante e os seus colaboradores, atuem com honestidade e integridade, garantindo que as suas atividades, interesses e comportamentos não conflituam com essas obrigações e, independentemente da sua posição, reportem todas as suspeitas de fraude.

CLÁUSULA 7.ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. Os trabalhadores afetos ao contrato prestam a sua atividade em regime de contrato de trabalho sem termo.
2. O cocontratante deve entregar ao gestor de contrato, no prazo máximo de 5 dias, após o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual conforme Anexo IV ao presente caderno de encargos.
3. No caso de ocorrer, durante a execução do contrato, alteração dos trabalhadores identificados no documento referido no número anterior, o cocontratante deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.
4. O disposto no n.º 1 não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
5. O disposto nos números anteriores não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

CLÁUSULA 8.ª LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços de manutenção dos equipamentos decorrerão nos seguintes edifícios afetos aos Serviços de Ação Social da Universidade do Porto:

UNIDADE OPERATIVA	MORADA	RESPONSÁVEL
Unidade Alimentar S. João	Alameda Prof. Hernâni Monteiro (ao Hospital de S. João), 4200 – 465 Porto	Mário Jorge
Cantina e Snack-bar Desporto	Rua Dr. Plácido Costa, 91, Porto	Graça Magalhães
Cantina de Direito	Rua dos Bragas, 171, 4050 – 123 Porto	Teresa Avelino
Cantina e Snack – Bar ICBAS/FFUP	Rua Jorge de Viterbo Ferreira 228, 4050-313 Porto	Lurdes Santos
Snack-bar Ciências	Rua do Campo Alegre, 667, 4169 - 007 Porto	Lurdes Santos

CLÁUSULA 9.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O adjudicatário obriga-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, aceitando regular esta questão em acordo de tratamento de dados, caso seja considerado necessário, acordo esse que ficará a constar em anexo ao contrato e que dele fará parte integrante.

CLÁUSULA 10.ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 11. º PREÇO CONTRATUAL

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o contraente público obriga-se a pagar ao cocontratante o preço ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **19.950,00 € (dezanove mil novecentos e cinquenta euros)**, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).

O preço base da aquisição corresponde a:

- a. 2.200,00 € (dois mil duzentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo serviço de manutenção preventiva, que corresponde ao valor máximo estimado que os Serviços de Ação Social da Universidade do Porto estão dispostos a pagar pela contratação dos serviços, no período de vigência máximo.
- b. 10.750,00 € (dez mil, setecentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao valor máximo estimado que os Serviços de Ação Social da Universidade do Porto estão dispostos a pagar pela contratação dos serviços, no período de vigência máximo, que incluem os seguintes componentes:
 - i. Serviço de manutenção corretiva, com uma estimativa de 200 horas de Técnico Instalador de aparelhos a gás, 150 horas de Técnico de refrigeração e 50 horas de Técnico de eletricidade;

- c. 7.000,00 € (sete mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao valor máximo estimado que os Serviços de Ação Social da Universidade do Porto estão dispostos a pagar pela aquisição de Peças / consumíveis., no período de vigência máximo.

Os valores referentes ao serviço de manutenção corretiva e de consumíveis, poderão transitar de ano se os saldos não forem executados.

3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

CLÁUSULA 12.ª REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA 13.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. A obrigação respetiva é exigível:
 - a. Após a prestação dos serviços de manutenção preventiva;
 - b. Após a prestação pontual de serviços de manutenção corretiva.
3. Para efeitos de pagamento, a contabilização de horas de trabalho será efetuada em função do número de horas de trabalho efetivamente realizadas nas unidades operativas. A contabilização de horas será feita contando a primeira hora inicial, seguindo-se de períodos de 30 minutos.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome do contraente público, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:
 - a. N.º da encomenda e N.º Compromisso ou contrato;
 - b. A descrição dos serviços fornecidos, distinguindo o tipo de serviço, preventivo e/ou corretivo, incluindo a quantidade;
 - c. Serviço autónomo requisitante: Serviços de Ação Social da Universidade do Porto;

d. Endereço do serviço autónomo: Rua dos Bragas n.º 151, 4050-123 Porto.

5. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

7. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, constantes do manual disponível para consulta no link:

https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=786&pct_grupo=35870#35870

8. O contraente público não se responsabiliza pelo não cumprimento ou incumprimento defeituoso das especificações técnicas referentes ao sistema de faturação eletrónica.

CLÁUSULA 14.ª RESPONSABILIDADES

1. O cocontratante responde perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.

2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.

3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

4. Correm inteiramente por conta do cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

CLÁUSULA 15.ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham.
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais.
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem.
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 16.ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária até 10% do preço contratual, nos seguintes termos:

- a. Pelo incumprimento das manutenções preventivas, nos momentos descritos na alínea a. da cláusula 24.ª;
- b. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento de prazos de resposta;
- c. Pela ausência dos relatórios e termos de responsabilidade, conforme descrito na cláusula 32.ª;
- d. pelo incumprimento da obrigação de respeitar no âmbito da execução contratual, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 1% do preço contratual por cada incumprimento;
- e. pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das demais obrigações emergentes do presente caderno de encargos até 5% do preço contratual.

Para as alíneas anteriores a penalidade é calculada com a seguinte fórmula:

$$P \text{ (penalidade)} = V \text{ (valor do contrato)} \times A \text{ (dias em atraso, incluindo sábados, domingos e feriados)} / 200$$

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 10% do preço contratual.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.

4. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelos danos correspondentes.

6. Sem prejuízo das penalidades aplicáveis, as inconformidades detetadas durante a execução do contrato serão avaliadas e tidas em consideração no âmbito da avaliação de desempenho do fornecedor, determinando a aplicação de deméritos.

7. Caso seja atingido um índice de qualidade inferior a 0,5 o fornecedor será desqualificado e retirado da lista de fornecedores qualificados do Contraente Público. No quadro infra colocam-se alguns exemplos a considerar como deméritos na qualificação dos fornecedores e respetiva fórmula de cálculo:

a. Incumprimento dos Prazos de Entrega		Deméritos
Capacidade de cumprir e respeitar os prazos de entrega de produtos ou a prestação de serviços definidos.	Não cumpriu o prazo de entrega	- 3 Pontos
b. Incumprimento das especificações		
Capacidade de cumprir as condições constantes nos pedidos de compra, nas especificações dos produtos ou serviços solicitados ou em outros requisitos definidos contratuais.	Não cumpriu	- 3 Pontos
c. Incapacidade de resposta às reclamações apresentadas		
Capacidade de solucionar os problemas detetados com eficácia e eficiência	Não resolveu o problema na totalidade dentro do tempo adequado	- 3 Pontos
d. Incapacidade de resposta a pedidos de informação ou atualização da mesma		
Capacidade de disponibilizar informação, documentação técnica e/ou comercial, atempadamente e de forma sistemática.	Não disponibilizou a informação ou documentação respondeu dentro do tempo adequado	- 1 Pontos

Índice de Qualidade do Fornecedor = (pontuação Inicial – \sum Deméritos)

pontuação Inicial

CLÁUSULA 17.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório nos seguintes casos:

- a) Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
- b) Violação dos princípios e compromissos de não tolerância ao assédio assumidos pela U.Porto.

CLÁUSULA 18.ª GARANTIA DE BOM FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO

1. O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao contraente público em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor ou prestador de serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

2. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas ou daquela que lhes suceder, o cocontratante garante o bem objeto do contrato pelo prazo fixado na proposta do contratante, a contar da entrega do bem, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas anexas do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.

6. A garantia prevista no número anterior abrange:

- a. A intervenção do cocontratante nas instalações do contraente público;
- b. O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta, a realizar nas instalações do contraente público;
- c. A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d. A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- e. O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- f. A deslocação ao local da instalação ou de entrega;

g. A mão-de-obra.

7. A reparação ou substituição prevista na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

8. A garantia mínima é válida pelo prazo de três anos a contar da data da instalação dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos semelhantes ao bem que o substitui.

CLÁUSULA 19.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

CLÁUSULA 20.ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 21.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nos termos do Código dos Contratos Públicos, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual do contraente público ou do cocontratante, identificado no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 22.ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 23.ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO

1. Nos termos do artigo 290.º-A, é designado o seguinte gestor do contrato em nome do contraente público, bem como o seu substituto no caso de ausências e impedimentos

Gestor de Contrato: Eng.º António Sousa | Serviço: Unidade de Manutenção | E-mail: asousa@sas.up.pt

Substituto: Dr. Nuno Reis | Gabinete de Apoio aos Órgãos de Gestão | E-mail: mnreis@sas.up.pt

2. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do cocontratante e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.

3. O cocontratante obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

CLÁUSULA 24.ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

PARTE II**CLAUSULAS TÉCNICAS****CLÁUSULA 25.ª CONDIÇÕES GERAIS**

A prestação de serviços de manutenção preventiva e curativa deverá estar enquadrada nos seguintes termos:

- a. **Manutenção Preventiva** – a realizar segundo agendamento a validar pelo contraente público e de acordo com as especificações técnicas de cada família de equipamento constantes no anexo I - listagem de especificações das tarefas por famílias de equipamentos.

- b. **Manutenção Corretiva** - a ser efetuada em caso de avaria, mediante solicitação de Núcleo de Manutenção e Edificado, e tem como objetivo a reposição das normais condições de funcionamento do equipamento.

CLÁUSULA 26.ª HORÁRIOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- a. As intervenções deverão ser efetuadas em dias úteis, dentro do horário normal de funcionamento de cada unidade:

UNIDADE OPERATIVA	HORÁRIO FUNCIONAMENTO
Unidade Alimentar S. João	8h00-17h00
Cantina e Snack-bar Desporto	8h00-17h00
Cantina Direito	8h00-17h00
Cantina e Snack – Bar ICBAS/ FFUP	8h00-17h00
Snack-bar Ciências	8h00-17h00

- b. Caso se verifique a necessidade de efetuar trabalho fora do período definido no ponto anterior, este carece de autorização do Contraente Público. O pedido de autorização deverá ser realizado previamente e deverá ser acompanhado pelo respetivo plano de trabalhos.
- c. O cocontratante deverá assegurar que a prestação de serviço não interfere com o normal funcionamento das unidades operativas.
- d. Adicionalmente, o cocontratante deverá garantir que, nas unidades de alimentação, os serviços são prestados em cumprimento das regras de higiene e segurança alimentar da legislação em vigor e procedimentos do Contraente Público em matéria de segurança e controlo de acesso.

CLÁUSULA 27.ª SERVIÇOS A CONTRATAR

- a. Os serviços a contratar são no âmbito da manutenção preventiva e corretiva são:

TIPO DE INTERVENÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
---------------------	---------------------

MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
Nº intervenções/ ano	5 intervenções (1 intervenção em cada Unidade Operativa)
MANUTENÇÃO CORRETIVA - (Mão-de-obra)	
Técnico instalador de aparelhos a gás	200 horas
Técnico de refrigeração	150 horas
Técnico de eletricidade	50 horas

- b. Os números de horas de manutenção corretiva acima indicados consideram-se como números estimados para o prazo de vigência do contrato. As horas estimadas acima referidas podem ser substituídas entre as várias especialidades de Técnicos.
- c. O Contraente Público não assume qualquer compromisso em assegurar que o número de horas mencionado no ponto anterior atinja os valores indicados, cujos totais devem ser considerados como meros indicadores de previsão.
- d. Para aquisições de peças/ consumíveis, eventuais necessários, no âmbito das manutenções corretivas, deverá ser considerado um valor estimativo de 7.000,00 € (sete mil euros);
- e. Os custos/hora trabalho (manutenção corretiva) e os custos das intervenções de manutenção preventiva deverão incluir os custos associados à deslocação do cocontratante para as instalações do contraente público.

CLÁUSULA 28.ª SEGUROS E ENCARGOS SOCIAIS

- a. O Cocontratante obriga-se a contratar e a manter válidos os Seguros de Acidentes de Trabalho, bem como outros legalmente exigíveis.
- b. Para além do seguro de acidentes de trabalho, o Cocontratante terá que possuir, com duração igual à do contrato do presente procedimento, um Seguro de Responsabilidade Civil, para cobertura de todos os danos causados a terceiros que resultem da sua atividade.
- c. O Cocontratante é obrigado a apresentar ao Contraente Público, os documentos comprovativos das apólices de seguro referidas nos números anteriores.

CLÁUSULA 29.ª PESSOAL

- a. Todos os técnicos devem estar profissionalmente habilitados e credenciados para os trabalhos que estão a ser contratados no presente contrato.
- b. O Cocontratante fica responsável pelo cumprimento de todas as obrigações relativas à segurança, higiene e saúde no trabalho, à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, designadamente no que respeita a seguros, como seguro para cobertura de riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, nos termos da legislação aplicável, pertencendo as respetivas sanções e encargos ao Cocontratante.

CLÁUSULA 30.ª AFETAÇÃO DE MEIOS

- a. O Cocontratante providenciará, a seu encargo, para que o pessoal ao seu serviço no âmbito do contrato, disponha dos meios adequados para o desempenho da sua atividade, nomeadamente: ferramentas, equipamento para trabalho acima/abaixo ao solo (escadas, escadotes, andaimes, etc), aparelhos de medição e teste, vestuário e equipamento de proteção para garantia do cumprimento das regras de higiene e segurança no trabalho em vigor.
- b. O Cocontratante providenciará ainda, a seu cargo, pelo transporte do pessoal ao seu serviço, em todas as deslocações que este tiver que efetuar no âmbito do contrato.
- c. Sempre que seja necessário efetuar intervenções profundas, em equipamentos para os quais não esteja autorizado pela respetiva marca, o Cocontratante fica obrigado a subcontratar os respetivos trabalhos a uma entidade que detenha essa autorização.

CLÁUSULA 31.ª MANUTENÇÃO PREVENTIVA

No âmbito dos serviços da manutenção preventiva, o Cocontratante obriga-se a manter a funcionalidade, nas melhores condições, dos respetivos equipamentos, tomando para o efeito as seguintes iniciativas:

- a. Execução das operações de manutenção preventiva, de acordo com a lista de trabalhos constante no anexo I - listagem de especificações das tarefas por famílias de equipamentos;
- b. No 1º ciclo de intervenções de manutenção preventiva a realizar em agosto deverá ser realizado um diagnóstico do estado de conservação e funcionamento de todos os equipamentos das

unidades operativas indicadas no ponto 3. O cocontratante deverá emitir um relatório técnico descritivo do diagnóstico realizado por cada instalação.

- c. Fornecimento e instalação, sem encargos para o contraente publico, de pequenas peças, acessórios e materiais de manutenção corrente, nomeadamente produtos de limpeza, massas e óleos lubrificantes, porcas, parafusos, fitas isoladoras;
- d. Nos equipamentos das unidades de alimentação, todos os produtos de limpeza, massas e óleos lubrificantes deverão estar certificados para utilização na área alimentar (Food Grade), do tipo NSF.
- e. Todas as peças e materiais substituídos deverão ser apresentadas ao responsável da unidade operativa e/ou representante da Unidade de Manutenção do contraente publico. Após a apresentação, o Cocontratante efetuará, sob o seu encargo, a sua remoção das instalações do contraente publico.
- f. Não podem ser dados por concluídos, nem por cumpridos e garantidos, quaisquer trabalhos, no caso do surgimento de eventos imprevisíveis e insuperáveis à data da sua ocorrência, ou cujos efeitos se produzam por motivos de força maior, e/ou de caso fortuito, bem como deteção de quaisquer riscos imponderáveis e que razoavelmente não possam ter sido atempadamente previstos, independentemente da vontade do contraente publico, devendo ser prontamente acordada nova, ou complementar realização dos trabalhos a mais que se mostrem omissos, necessários ou em falta, em prazo nunca superior a quarenta e oito horas.
- g. Os trabalhos que se venham a revelar necessários, são abrangidos por uma garantia de mão-de-obra de dois meses, sendo analisados caso a caso aquando do surgimento de dúvidas razoáveis sobre a respetiva execução e sobre a fiabilidade dos resultados concretos a cumprir pelo cocontratante.
- h. No final de cada intervenção no âmbito da manutenção preventiva, o cocontratante obriga-se a preencher os Registos de Segurança dos processos das Medidas de Autoproteção de cada unidade operativa.

CLÁUSULA 32.ª MANUTENÇÃO CORRETIVA

- a. O Cocontratante obriga-se a reparar danos, defeitos e eventuais avarias nos equipamentos a intervencionar de forma a corrigir defeitos e restabelecer os níveis de segurança e funcionalidade dos

mesmos, no âmbito da manutenção corretiva, caso esta intervenção não abranja o período de garantia, devendo apresentar previamente relatório descritivo e orçamento das peças que se julgam necessárias.

b. Considera-se incluída na presente prestação de serviços todos os trabalhos de pesquisa, ensaios e medições necessários ao correto diagnóstico e identificação das necessidades de manutenção corretivas resultantes de avarias, realizados por equipas internas ou externas especializadas.

c. A manutenção corretiva contemplará a substituição/fornecimento de peças, componentes e equipamentos não exigíveis na manutenção preventiva, desde que justificados e aprovados pelo Contraente Público, os quais serão adquiridos pelo custo unitário de venda, não podendo o Cocontratante cobrar qualquer outro valor adicional, como mão-de-obra, transporte, deslocação, armazenagem, instalação ou outra situação.

d. O orçamento a apresentar só deve contemplar as novas peças a substituir, não correndo por conta do Contraente Público quaisquer custos para além das novas peças, nomeadamente, deslocação, armazenagem, transporte, mão-de-obra.

e. Detetados os danos ou avarias, o Cocontratante obriga-se a comunicar a respetiva ocorrência ao Contraente Público, no prazo máximo de 12 horas a contar do conhecimento do mesmo, devendo apresentar relatório e orçamento para as reparações necessárias, para que seja aprovado pelo Contraente Público.

f. Após a aprovação do relatório e orçamento apresentado, o Cocontratante é informado de que pode proceder à reparação ou substituição do material ou equipamento danificado, o que deverá acontecer até 48 horas, contadas da data de aprovação do orçamento, salvo autorização expressa em contrário pelo Contraente Público.

g. Todas as intervenções, reparações ou substituições deverão ficar registadas nas fichas do inventário, compilado pelo Cocontratante, em prazo não superior a 24 horas a contar da data da respetiva intervenção.

h. O Cocontratante obriga-se a substituir os elementos deteriorados por peças originais, salvo nos casos em que, comprovadamente, a aquisição de tais peças resulte num atraso excessivo, injustificado e perturbador do normal funcionamento dos locais/instalações, sempre com observância das condições mínimas de segurança.

i. O Cocontratante obriga-se a reparar danos, defeitos e eventuais avarias nos espaços e equipamentos a intervencionar de forma a corrigir defeitos e restabelecer os níveis de segurança e funcionalidade dos equipamentos, sempre que haja uma solicitação por escrito, normalmente por

correio eletrónico, por parte do Contraente Público.

j. Após a receção da comunicação por escrito referida no ponto anterior o Cocontratante tem 48 horas para proceder à reparação do equipamento.

k. Caso o Cocontratante não consiga dar resposta no prazo atrás definido por motivos de atrasos na distribuição de peças, devidamente justificado, obriga-se a alugar, equipamentos que são essenciais ao regular funcionamento das instalações, que pela sua ausência poderão causar prejuízos a nível de funcionamento.

l. No caso previsto no ponto anterior, o Cocontratante solicitará previamente autorização ao Contraente Público para que possa utilizar peças não originais, se tais elementos tiverem características e qualidades reconhecidas e idênticas aos originais.

m. Sempre que haja necessidade de transportar um equipamento para reparação em oficina, deverá ser entregue no local uma cópia digitalizada ao Contraente Público, uma ficha com a data de levantamento e a caracterização do equipamento; aquando da entrega deverá ser feito o registo da data na mesma folha.

n. Todas as intervenções deverão ter um registo fotográfico do antes e do depois, onde deverá ser visível as peças danificadas e as peças novas que serão substituídas.

o. Sempre que ao Contraente Público verifique que é necessária uma intervenção num equipamento fora do âmbito da manutenção preventiva poderá solicitar orçamento ao Cocontratante para as intervenções necessárias.

p. No caso de existir a necessidade de substituição de alguns equipamentos, devido ao seu estado de conservação ou por outras razões de carácter urgente, o Cocontratante deverá apresentar uma proposta com os elementos iguais aos instalados, outros de acordo com indicações do Contraente Público ou propor alternativas, caso seja do seu interesse.

q. Uma vez aceite pelo Contraente Público o orçamento apresentado, o Cocontratante realizará as operações tidas por necessárias no que se refere à instalação daqueles.

r. Após a conclusão da intervenção acima referida, o Cocontratante realizará um relatório devidamente instruído com fotografias captadas antes e depois da respetiva intervenção e procederá às alterações necessárias no inventário existente.

s. Durante a execução do contrato, o Contraente Público reserva-se o direito de incorporar no inventário equipamentos não incluídos inicialmente na prestação, devendo os mesmos passar a ser

contemplados para efeitos de manutenção preventiva e corretiva, sem aumento de custos. O contraente público notifica o cocontratante dos novos equipamentos, sendo atualizada a listagem dos equipamentos que fazem parte do contrato. Ao mesmo tempo, equipamentos obsoletos poderão ser excluídos da listagem de equipamentos contemplados no presente procedimento.

t. O Cocontratante obriga-se a adquirir os materiais e peças de substituição corrente necessários no âmbito dos trabalhos de manutenção corretiva. Obriga-se ainda a alertar para a necessidade de proceder a trabalhos de manutenção corretiva extraordinária, documentando as necessidades dos mesmos e apresentando uma solução desciminada para o efeito.

u. O Contraente Público reserva-se o direito de consultar o mercado e mandar executar os serviços de manutenção corretiva a terceiros, se o entender, mantendo-se as obrigações de continuidade de manutenção, pelo Cocontratante.

v. Caso algum dos orçamentos, com iguais especificações e condições do serviço requerido, seja de valor inferior ao do cocontratante, o contraente público convidará o cocontratante a acompanhar essa proposta mais competitiva e de menor preço.

w. O Contraente Público, ao abrigo do direito de consulta a outros prestadores de serviços pode, ainda, apresentar ao prestador de serviços, outras alternativas que se afigurem mais vantajosas;

x. Nas situações referidas nas duas alíneas anteriores, e caso o cocontratante não possa acompanhar a alternativa ou melhorá-la, assiste ao Contraente Público o direito de optar pela solução mais vantajosa, mesmo que apresentada por entidade diferente do Cocontratante.

y. No final de cada intervenção no âmbito da manutenção corretiva, o cocontratante obriga-se a preencher os Registos de Segurança dos processos das Medidas de Autoproteção de cada unidade operativa.

z. A prestação de serviços de manutenção corretiva, até ao montante de 150,00 € (cento e cinquenta euros) + IVA, não carece de autorização do Contraente Público.

aa. Para efeitos de pagamento, a contabilização de horas de trabalho será efetuada em função do número de horas de trabalho efetivamente realizadas nas unidades operativas. A contabilização de horas será feita contando a primeira hora inicial, seguindo-se de períodos de 30 minutos.

CLÁUSULA 33.ª RELATÓRIOS

- a. Todas as intervenções (manutenção preventiva e manutenção corretiva) deverão ser registadas numa folha de serviço do Cocontratante, com uma descrição sumária dos trabalhos realizados e indicação expressa de:
 - a. N.º do pedido de reparação do contraente público;
 - b. Data e hora de início e hora de conclusão dos trabalhos;
 - c. Tipo de intervenção realizada;
 - d. Nome do técnico ou técnicos que executaram o trabalho;
 - e. Anomalias detetadas e corrigidas;
 - f. Anomalias detetadas e não corrigidas e as respetivas razões;
 - g. Data da próxima intervenção programada, se aplicável;
- b. Os relatórios de serviço deverão ser sempre assinados pelo Responsável da Unidade operativa e/ou representante da Unidade de Manutenção que poderá acompanhar os trabalhos;
- c. Apresentação do termo de responsabilidade do Técnico de Gás, por cada instalação, de acordo com alínea c) do art.º 11 do DL 97/2017, posteriormente à respetiva intervenção efetuada em cada instalação.

CLÁUSULA 34.ª TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

1. O cocontratante obriga-se a entregar ao contraente público todas as informações de que este necessite para conhecer, utilizar plenamente e, se necessário, reparar, a solução decorrente da prestação de serviços contratada, incluindo, entre outros, manuais, livros técnicos, código fonte documentado, relatórios de execução do projeto, diagramas e documentação de suporte às várias fases do projeto (análise requisitos, desenho, implementação e testes).
2. Adicionalmente, o cocontratante obriga-se a realizar reuniões com o gestor do contrato destinadas à transmissão dos conhecimentos necessários para utilização, gestão, manutenção e evolução da solução a fornecer, quando aplicável, de acordo com as necessidades e disponibilidade indicadas pelo gestor do contrato em sede de projeto.

ANEXO I – LISTAGEM DE ESPECIFICAÇÕES DAS TAREFAS POR FAMÍLIA DE EQUIPAMENTOS**Família: Armários | Câmaras e Bancadas de conservação/ congelação**

- Verificar acessórios de assentamento e ruídos anormais;
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Verificar e corrigir de iluminação interior;
- Pesquisa de eventuais fugas por método direto;
- Limpeza do condensador e evaporador;
- Verificar o estado de conservação das borrachas das portas;
- Verificação de sinalizadores de funcionamento;
- Verificação do set-point do controlador e estado do controlador;
- Comprovação da correta leitura de temperatura do controlador;
- Registo do set-point.

Família: Máquina de gelo

- Verificar acessórios de assentamento e ruídos anormais;
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Verificar o isolamento térmico e existência de condensações;
- Verificar a borracha de vedação da porta com dessecamento ou perda da magnetização;
- Limpeza do condensador e do evaporador;
- Verificação e comprovação da inexistência de fugas de água;
- Verificação de sinalizadores de funcionamento;
- Verificação e limpeza do esgoto de condensados.

Família: Banho maria

- Verificar a inexistência de fugas de água na cuba, torneiras e apertos das resistências;
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Limpeza de esgotos;
- Verificar ligações de eletricidade e água;
- Verificar o estado dos vidros e apara-abafos se instalado numa linha self-service;
- Verificar funcionamento e estado dos sistemas de acionamento (contactores);

- Verificar funcionamento e estado dos sistemas de protecção;
- Verificação e eliminar incrustações nas resistências (calcário ou gorduras);
- Comprovação da correta leitura de temperatura do controlador/ termostato;
- Registo do set-point.

Família: Forno Convetor Elétrico

- Verificar acessórios de assentamento e ruídos anormais;
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Verificar vedação da junta da porta;
- Verificar correto funcionamento do fecho;
- Verificar fixação das rack's;
- Verificar estado e limpeza de bicos de injeção de vapor e água;
- Verificar sondas de temperatura;
- Verificação do estado de conservação das resistências elétricas;
- Verificar funcionamento de relógios, termóstatos e programadores;

Família: Forno Convetor a Gás

- Verificar acessórios de assentamento e ruídos anormais;
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Verificar vedação da junta da porta;
- Verificar correto funcionamento do fecho;
- Verificar fixação das rack's;
- Verificar equipamentos elétricos de comando, controlo e sinalização;
- Verificar estado e limpeza de bicos de injeção de vapor e água;
- Inspeção e regulação do sistema de queima;
- Verificar chaminé de exaustão;
- Pesquisa de fugas de gás - GN, entre a válvula de corte e a interligação.

Família: Máquina de Lavar Loiça | Máquina de Lavar Roupa

- Verificar acessórios de assentamento e ruídos anormais;
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Verificar ligações de água, esgoto e eletricidade, corrigir se necessário;
- Verificar os ciclos de lavagem;

- Ensaiar e analisar os injetores de lavagem e enxaguamento;
- Verificar o grau de calcário no equipamento;
- Ensaiar e verificar a temperatura de trabalho de lavagem e enxaguamento;
- Verificar funcionamento do transportador;
- Verificar o funcionamento das resistências de aquecimento e electroválvulas.

Família: Máquina de Secar Roupa | Calandra

- Verificar acessórios de assentamento e ruídos anormais;
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Limpeza de interiores dos espaços técnicos, com recurso a sistema de aspiração;
- Verificação do estado de colmatação da rede de exaustão de ar;
- Reaperto elétricos no circuito de potência;
- Lubrificação de rolamentos e elementos de transmissão;
- Substituição fitas de transporte em falta;
- Limpeza e polimento dos rolos da calandra.
- Teste de funcionamento do equipamento.

Família: Fritadeiras Eléctricas

- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Verificar a inexistência de fugas de óleo no equipamento e nas torneiras;
- Verificar funcionamento e estado dos sistemas de proteção equipotenciais;
- Verificar e testar o funcionamento dos termostatos de segurança e regulação;
- Inspeção do estado de conservação do circuito elétrico;
- Reapertos dos contactos elétricos.

Família: Fritadeira Basculante | Marmita

- Verificar acessórios de assentamento e ruídos anormais;
- Verificar e corrigir pontos de corrosão (externos e internos);
- Verificar funcionamento e estado dos sistemas de acionamento (válv. gás e caixa de ignição);
- Lubrificação da haste de elevação (fritadeira basculante);
- Ensaios e afinação dos pilotos;

- Medição da pressão dinâmica e estática de gás;
- Verificar o funcionamento do termostato de regulação e segurança;
- Verificação de ligações equipotenciais;
- Verificação de nível da água;
- Verificação do estado de vedação da torneira de saída do produto alimentar;
- Verificação saídas dos gases de combustão.

Família: Grelhador

- Verificar acessórios de assentamento e ruídos anormais;
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Verificar a inexistência de fugas do equipamento na aparadeira;
- Limpezas interiores nos compartimentos técnicos;
- Verificar funcionamento e estado dos sistemas de acionamento (válvula de gás)
- Limpeza de termopar e queimador;
- Verificar estado de conservação das placas;
- Teste de funcionamento da chama de mínimo e máximo;
- Verificar saídas dos gases de combustão, corrigir se necessário (fixar grelhas).

Família: Monolume | Fogão

- Desencrostarão;
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Verificar a inexistência de fugas de gás;
- Verificação dos termopares;
- Regulação do ar primário;

Família: Descascador de batatas

- Verificar acessórios de assentamento e ruídos anormais;
- Verificar e corrigir pontos de ferrugem;
- Verificar a inexistência de fugas de água;
- Verificar ligações elétricas;
- Verificar estado conservação das lixas;

-
- Verificar estado e tensão da correia de transmissão e rolamentos;
 - Comprovar sentido de rotação do motor;
 - Verificar e medir ligações à terra;
 - Limpar esgoto;
 - Verificar estanquidade da porta, tampa e retentores.

ANEXO II - LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO

Unidade	Ficha	Descrição
Cantina de Desporto	S/N	Arca Congeladora horizontal
Cantina de Desporto	Q000000275412	Armário Frigorífico de conservação c/1 porta
Cantina de Desporto	Q000000295455	Armário Frigorífico de conservação c/2 portas
Cantina de Desporto	Q000000380131	Armário Frigorífico de congelados MAGNUS
Cantina de Desporto	Q000000371321	Armário Refrigerado-Marecos -temperatura negativa 310l
Cantina de Desporto	Q000000371324	Armário Refrigerado-Marecos -temperatura positiva
Cantina de Desporto	Q000000295513	Balcão frigorífico c/2 portas
Cantina de Desporto	S/N	Balcão frigorífico c/2 portas
Cantina de Desporto	S/N	Balcão Refrigerado c/3 Portas
Cantina de Desporto	Q000000413630	Bebedouro de Água
Cantina de Desporto	Q000000295491	Câmara Frigorífica de Congelação
Cantina de Desporto	Q000000295472	Câmara Frigorífica de Conservação
Cantina de Desporto	Q000000295959	Máquina fabricadora de cubos de gelo
Cantina de Desporto	Q000000303336	Mesa Refrigeradora Sandwiches
Cantina de Desporto	Q000000295507	Módulo Self Service Refrigerado c/ Vitrine
Cantina de Desporto	Q000000295509	Módulo Self Service Refrigerado
Cantina de Desporto	Q000000275913	Vitrine Refrigeradora expositora
Cantina de Desporto	Q000000276222	Vitrine Refrigeradora
Cantina de Direito	Q000000276461	Célula de Refrigeração Rápida - Abatedor de Temperatura
Cantina de Direito	Q000000270529	Arca Congeladora horizontal
Cantina de Direito	Q000000276316	Armário Frigorífico de conservação c/2 portas
Cantina de Direito	Q000000276317	Armário Frigorífico de conservação c/1 porta
Cantina de Direito	Q000000276449	Armário Frigorífico de conservação c/1 porta
Cantina de Direito	Q000000276318	Balcão Frigorífico de conservação c/4 portas
Cantina de Direito	Q000000413631	Bebedouro de Água
Cantina de Direito	Q000000276314	Câmara Frigorífica de Congelação
Cantina de Direito	Q000000276741	Câmara Frigorífica de Congelação
Cantina de Direito	Q000000276311	Câmara Frigorífica de Conservação
Cantina de Direito	Q000000276312	Câmara Frigorífica de Conservação
Cantina de Direito	Q000000276313	Câmara Frigorífica de Conservação
Cantina de Direito	Q000000416032	Dispensador de Água
Cantina de Direito	Q000000282638	Modulo Self Service Refrigerado
Cantina de Direito	Q000000282640	Modulo Self Service Refrigerado c/ vitrine
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000269139	Arca Congeladora
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000283037	Arca Congeladora

Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000319186	Arca Congeladora
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000281551	Armário Frigorífico
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000261830	Armário Frigorífico
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000259197	Armário Frigorífico
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000389787	Armário Frigorífico de Congelação
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000304588	Armario Frigorífico de congelados
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000304589	Armario Frigorífico de congelados
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000389786	Armário Frigorífico de Conservação
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000371322	Armário Refrigerado-temperatura positiva
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000304575	Balcão Frigorífico Aço-Inox 2925x700x900mm c/ 5 portas frio
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000261888	Balcão Frigorífico c/ 4 portas
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000319084	Balcão Frigorífico de conservação 1995x600x900-3 portas
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000332817	Bancada refrigerada para sandwiches e saladas
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000340750	Bebedouro frigorífico
Snack Bar ICBAS/FFUP	S/N	Dispensador de Água
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000287688	Máquina Fabricadora de Gelo
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000304551	Módulo Refrigerado de self-Service-Aço-Inox,1450x750x900-Vitrine p/sobremesas
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000268387	Vitrine Refrigeradora
Cantina S. João	Q000000268222	Arca Congeladora
Cantina S. João	Q000000274447	Arca Congeladora
Cantina S. João	Q000000275697	Arca Congeladora
Cantina S. João	S/N	Arca Congeladora horizontal
Cantina S. João	Q000000296584	Armário Frigorífico de Conservação c/ 1 porta
Cantina S. João	Q000000298115	Armário Vitrine de Frio/Conservação para sobremesas
Cantina S. João	Q000000298118	Balcão Frigorífico com 3 portas
Cantina S. João	Q000000275941	Balcão Frigorífico com 2 portas
Cantina S. João	Q000000276042	Balcão Frigorífico com 2 portas
Cantina S. João	Q000000413629	Bebedouro de Água
Cantina S. João	Q000000278569	Camara de Conservação Desmontável
Cantina S. João	Q000000278567	Camara Frigorífica de Congelação
Cantina S. João	Q000000277049	Camara Frigorífica de Conservação
Cantina S. João	Q000000296580	Camara Frigorífica de Conservação
Cantina S. João	Q000000296582	Camara Frigorífica de Conservação
Cantina S. João	Q000000282873	Celula Refrigeradora Rapida
Cantina S. João	Q000000416033	Dispensador de Água
Cantina S. João	Q000000402912	Máquina de gelo
Cantina S. João	Q000000277587	Módulo Self Frio c/ vitrine
Cantina S. João	Q000000277588	Módulo Self Frio c/ vitrine

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO N.º SCGC_SASUP_AD_00002_2025 - SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

Cantina S. João	Q000000269294	Vitrine expositora para bolos
Cantina S. João	Q000000278866	Vitrine Refrigeradora
Restaurante S. João	Q000000372208	Modulo refrigerado de buffet para saladas-Restaurante You
Restaurante S. João	Q000000372207	Modulo refrigerado de buffet para sobremesas-Restaurante You
Snack Bar Ciências	Q000000268032	Arca Congeladora
Snack Bar Ciências	Q000000275697	Arca Congeladora
Snack Bar Ciências	Q000000287689	Armário de Congelação
Snack Bar Ciências	Q000000268209	Armário Frigorífico de Conservação
Snack Bar Ciências	Q000000278867	Armário Frigorífico de Conservação
Snack Bar Ciências	Q000000262436	Balcão Frigorífico com 4 portas
Snack Bar Ciências	Q000000287702	Balcão Refrigerado com 2 portas
Snack Bar Ciências	Q000000287738	Balcão Refrigerado com 2 portas
Snack Bar Ciências	Q000000268218	Bancada Refrigerada p/Sandwiches e Saladas
Snack Bar Ciências	Q000000275679	Vitrine Refrigerada de 2 prateleiras

ANEXO III - LISTAGEM DOS EQUIPAMENTOS A GÁS E ELÉTRICOS

Unidade	Ficha	Descrição
Cantina de Desporto	S/N	Banho Maria
Cantina de Desporto	Q000000278545	Batedeira
Cantina de Desporto	Q000000301687	Carro Banho-Maria- c/1210x740x850mm
Cantina de Desporto	Q000000389766	Espremedor de citrinos
Cantina de Desporto	Q000000274406	Forno Elétrico
Cantina de Desporto	S/N	Forno Elétrico
Cantina de Desporto	Q000000295549	Fritadeira Elétrica Elframo
Cantina de Desporto	Q000000295550	Fritadeira Elétrica Elframo
Cantina de Desporto	Q000000292522	Infra - Grelhador
Cantina de Desporto	Q000000292447	Máquina de Cortar Fiambre
Cantina de Desporto	Q000000407306	Maquina de Lavar Louça
Cantina de Desporto	Q000000295584	Máquina de Lavar Louça de Capota
Cantina de Desporto	Q000000268214	Panela para sopa - Banho Maria
Cantina de Desporto	Q000000268691	Panela para sopa - Banho Maria
Cantina de Desporto	Q000000295521	Termo de Leite Elétrica
Cantina de Desporto	Q000000273485	TORRADEIRA ELECTRICA
Cantina de Desporto	Q000000295552	Monolume
Cantina de Desporto	Q000000295553	Monolume
Cantina de Desporto	Q000000295527	TREMP (com 2 queimadores)
Cantina de Direito	Q000000371294	Banho Maria sob bancada-Bar Café Letras
Cantina de Direito	Q000000282786	Batedeira
Cantina de Direito	Q000000276443	Fogão misto 4 bocas a gás e forno elétrico
Cantina de Direito	Q000000282837	Forno de Convecção a gás
Cantina de Direito	Q000000282839	Forno Elétrico c/ 2 fornalhas
Cantina de Direito	Q000000276444	Fritadeira Basculante a Gás
Cantina de Direito	Q000000276446	Fritadeira Basculante a Gás
Cantina de Direito	Q000000282867	Fritadeira Elétrica 2 cubas 2x18L
Cantina de Direito	Q000000276442	Grelhador
Cantina de Direito	Q000000276740	Grelhador a gás chapa Lisa
Cantina de Direito	Q000000279763	Máquina de Cortar Fiambre
Cantina de Direito	Q000000295569	Máquina de Cortar Legumes
Cantina de Direito	Q000000282749	Máquina de descascar batata
Cantina de Direito	Q000000276441	Máquina de secar roupa
Cantina de Direito	Q000000268174	Máquina de serra p/ ossos
Cantina de Direito	Q000000282805	Máquina de lavar louça tipo túnel
Cantina de Direito	Q000000276447	Marmita Autoclave

Cantina de Direito	Q000000276343	Módulo Self Service p/ quentes
Cantina de Direito	Q000000276433	Módulo Self Service p/ quentes
Cantina de Direito	Q000000268600	Monolume a gás
Cantina de Direito	Q000000268610	Monolume a gás
Cantina de Direito	Q000000268611	Monolume a gás
Cantina de Direito	Q000000268612	Monolume a gás
Cantina de Direito	Q000000268613	Monolume a gás
Cantina de Direito	Q000000270665	Panela para sopa - Banho Maria
Cantina de Direito	Q000000275225	Panela para sopa - Banho Maria
Cantina de Direito	Q000000302465	Picadora 1.2.3
Cantina de Direito	Q000000438490	Varinha mágica
Cantina de Direito	Q000000290616	Varinha mágica c/ carro
Cantina de Direito	sn	Varinha mágica industrial
Cantina de Direito	sn	Varinha mágica em Inox Doméstica
Cantina de Direito	Q000000389923	Varinha mágica em Inox Doméstica
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000369147	Banho maria inox com estufa
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000274449	Banho maria inox Buffet
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000303345	Banho Maria inox
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000282906	Batedeira
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000346958	Carro Banho Maria
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000371327	Máquina de Cortar Fiambre
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000304553	Módulo Quente de Self-Service-Aço-Inox 1450x750x900mm c/cuba p/4 containers
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000304554	Módulo Quente de Self-Service-Aço-Inox 1450x750x900mm,c/ cuba p/ 4 containers
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000304584	Fogão Elétrico com 4 discos e c/ forno
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000389788	Fogão Industrial
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000295564	Forno de Convecção
Snack Bar ICBAS/FFUP	sn	Fritadeira Elétrica
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000258159	Grelhador Elétrico
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000261839	Infra - Grelhador
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000276221	Máquina de Cortar Legumes

Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000261825	Máquina de Lavar Louça
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000282898	Máquina de Lavar Louça c/ capota
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000304585	Maquinas de Sumo Naturais - Espremedor de Citrinos
Snack Bar ICBAS/FFUP	Q000000371290	Torradeira
Cantina S. João	Q000000277609	Basculante a gás
Cantina S. João	Q000000277610	Basculante a gás
Cantina S. João	Q000000274553	Batedeira
Cantina S. João	Q000000277569	Batedeira Industrial
Cantina S. João	Q000000278525	Batedeira
Cantina S. João	Q000000277621	Fogão Industrial a gás c/ 4 bocas e forno
Cantina S. João	Q000000277618	Forno de Convecção a gás
Cantina S. João	Q000000277619	Forno de Convecção a gás
Cantina S. João	Q000000269060	Forno de Convecção
Cantina S. João	Q000000296621	Forno Micro Ondas
Cantina S. João	Q000000277611	Fritadeira Elétrica c/ 2 cubas 2x18L
Cantina S. João	Q000000277612	Fritadeira Elétrica c/ 2 cubas 2x18L
Cantina S. João	Q000000268415	Grelhador a gás
Cantina S. João	Q000000268416	Grelhador a gás
Cantina S. João	Q000000261311	Máquina de Cortar Fiambre
Cantina S. João	Q000000274316	Máquina de Cortar Legumes
Cantina S. João	Q000000282750	Máquina de descascar batata
Cantina S. João	S/N	Máquina de Lavar Louça
Cantina S. João	Q000000296640	Máquina de lavar louça tipo túnel
Cantina S. João	Q000000268049	Máquina de Lavar Roupa
Cantina S. João	Q000000275682	Máquina de Picar Carne
Cantina S. João	Q000000277624	Marmita Autoclave a gás
Cantina S. João	Q000000277589	Módulo Self Service p/ quentes
Cantina S. João	Q000000277590	Módulo Self Service p/ quentes
Cantina S. João	Q000000272237	Monolume a gás
Cantina S. João	Q000000272238	Monolume a gás
Cantina S. João	S/N	Monolume a gás
Cantina S. João	S/N	Monolume a gás
Cantina S. João	Q000000275225	Panela para sopa - Banho Maria
Cantina S. João	Q000000301646	Rampa Infra-Vermelhos
Cantina S. João	Q000000402953	Triturador de Alimentos Tipo 1, 2, 3
Cantina S. João	S/N	Varinha mágica

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO N.º SCGC_SASUP_AD_00002_2025 - SERVIÇOS DE
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO HOTELEIRO
SPUP – SERVIÇOS PARTILHADOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
SCGC – SERVIÇO DE COMPRAS E GESTÃO CONTRATUAL

Cantina S. João	Q000000277570	Varinha mágica
Cantina S. João	Q000000275672	Varinha mágica
Restaurante S. João	Q000000372865	Banho maria móvel
Restaurante S. João	Q000000372205	Modulo quente de buffet e banho-maria
Restaurante S. João	Q000000372206	Modulo quente de buffet e banho-maria
Restaurante S. João	Q000000372253	Varinha Mágica
Restaurante S. João	Q000000297711	Armário Estufa em inox c/ portas de correr e prateleiras
Restaurante S. João	Q000000303335	Máquina de Lavar Louça
Restaurante S. João	Q000000303353	Panela para sopa - Banho Maria
Snack Bar Ciências	Q000000268217	Estufa Quente
Snack Bar Ciências	Q000000287695	Fogão a gás de 3 queimadores c/ forno
Snack Bar Ciências	Q000000268216	Forno Elétrico
Snack Bar Ciências	Q000000287699	Fritadeira Elétrica
Snack Bar Ciências	Q000000268086	Grelhador de Chapa Lisa
Snack Bar Ciências	Q000000319156	Máquina de Cortar Fiambre
Snack Bar Ciências	Q000000268706	Máquina de Cortar Legumes
Snack Bar Ciências	Q000000371313	Máquina Lavar Louça c/ capota
Snack Bar Ciências	Q000000371332	Maquinas de Sumo Naturais - Espremedor de Citrinos
Snack Bar Ciências	Q000000268215	Panela para sopa - Banho Maria
Snack Bar Ciências	S/N	Termo Banho Maria de Bancada
Snack Bar Ciências	Q000000262431	Termo de Leite Elétrica
Snack Bar Ciências	Q000000262433	Torradeira Elétrica

ANEXO IV – (MODELO DE) DECLARAÇÃO

[para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP]

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, e tendo em consideração o disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada afetará à prestação do serviço a realizar no âmbito do contrato n.º _____, os seguintes trabalhadores:

Identificação	Vínculo laboral

..... (local), (data), [assinatura].